



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0010907-34.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Denúncia caluniosa**  
 Documento de Origem: **IP - 166/2013 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Antonio de Souza Oliveira**  
 Vítima e Interessado (Terceiro): **Eurico Aparecido Juliano e outro**

Aos 18 de maio de 2015, às 14:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Drºª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Ausente o réu Antonio de Souza Oliveira. Presente o seu defensor, o **Drº Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. Ausente o réu, vítima e testemunhas de acusação. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição da vítima e das testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** MM. Juiz: ANTONIO DE SOUZA OLIVEIRA, qualificado a fls.13/14, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 339, *caput*, do Código Penal, porque em 14.05.13, por volta das 10h00, nesta cidade e Comarca, na Rua Joaquim Solfa, 60, Vila Prado, em São Carlos, deu causa a instauração de investigação policial contra Eurico Aparecido Juliano, imputando-lhe crime de que o sabia inocente, conforme portaria de fls.02/03, que deu início ao inquérito policial. A ação é improcedente. Eurico não foi localizado, conforme certidão de fls.80, assim como Douglas e Nivaldo, referidos por Eurico. Assim, não é possível ser produzida prova em juízo para comprovação dos fatos narrados na denúncia. O réu não foi localizado (fls.78). Por tal motivo, sem prova produzida em juízo, requeiro a absolvição. **Dada a palavra à DEFESA:** MM. Juiz: em comum com o Ministério Público, pela absolvição por falta de provas, observada a regra do artigo 155 do CPP. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** VISTOS. ANTONIO DE SOUZA OLIVEIRA, qualificado a fls.13/14, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 339, *caput*, do Código Penal, porque em 14.05.13, por volta das 10h00, nesta cidade e Comarca, na Rua Joaquim Solfa, 60, Vila Prado, em São Carlos, deu causa a instauração de investigação policial contra Eurico Aparecido Juliano, imputando-lhe crime de que o sabia inocente, conforme portaria de fls.02/03, que deu início ao inquérito policial. Recebida a denúncia (fls.31), houve citação e defesa


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

preliminar, sem absolvição sumária (fls.75). Houve a desistência da inquirição da vítima e testemunhas arroladas, não localizadas, sendo o réu revel. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição por falta de provas. **É o Relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público “a ação é improcedente. Eurico não foi localizado, conforme certidão de fls.80, assim como Douglas e Nivaldo, referidos por Eurico. Assim, não é possível ser produzida prova em juízo para comprovação dos fatos narrados na denúncia. O réu não foi localizado (fls.78). Por tal motivo, sem prova produzida em juízo, requeiro a absolvição”. De fato, sem prova alguma produzida em juízo, não há com responsabilizar o réu penalmente. É caso de insuficiência de provas. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** Antonio de Souza Oliveira com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos Andre Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público: